

PORTUGAL
2024 Rule of Law Report – Targeted Questions

Contents

Nota Prévia:	2
Ministry of Justice	2
MENAC	6
Ministry of Finance – Inspeção Geral de Finanças (IGF)	9
Ministry of Culture / Secretariat-General of the Presidency of the Council of Ministers	14

Nota Prévia:

A informação transmitida por Portugal à Comissão Europeia neste documento é complementar aos elementos já comunicados no âmbito da visita virtual que esta realizou nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2024. As questões não identificadas ou apenas parcialmente respondidas no presente documento foram já objeto de discussão naquele quadro, em que os organismos nacionais prestaram esclarecimentos oralmente.

Ministry of Justice

JUSTICE SYSTEM

1. In the 2023 Rule of Law Report, the Commission recommended to Portugal to “Continue efforts to ensure adequate human resources of the justice system, in particular regarding non-judicial staff, and to improve its efficiency, in particular of Administrative and Tax Courts”. in this regard:
 - c. Regarding the efficiency of Administrative and Tax Courts, the latest available CEPEJ data (referring to 2022) show an increase in the disposition times both in second and third instances. Considering the measures in place to address the issue of the efficiency in Administrative and Tax Courts, as described in your written input, what explains this development? Are there any measures specifically addressed to this issue under consideration?

Após a assinatura, em outubro, de um protocolo entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal de Castelo Branco para a instalação do Tribunal Central Administrativo nessa cidade, o Ministério da Justiça aguarda que o município indique o edifício que acolherá as instalações do novo tribunal. Dependendo das condições e características, a realização de obras de adaptação poderá ser necessária.

Ver Anexo 1 - Principais trabalhos de construção ou de montagem agendados ou planeados para 2024 em edifícios dos tribunais.

2. In the 2023 Rule of Law Report, the Commission recommended to Portugal to “Continue efforts to strengthen the transparency of allocation of cases, in particular by monitoring the implementation of the new rules on electronic allocation”. In this regard, could you clarify if the evaluation of the system that had been announced in 2023 already took place and, in the affirmative, what were the main conclusions? What has been the feedback from the relevant stakeholders regarding the application of the new system?

Portugal informará a Comissão Europeia após a conclusão da avaliação em curso pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra sobre o novo regime da distribuição eletrónica de processos. Realizou-se no dia 18 de abril de 2024 um seminário internacional organizado pelo referido Centro, que contribuirá – através da partilha de experiências internacionais e do envolvimento dos profissionais e atores institucionais – para a avaliação da reforma em vigor e,

em geral, para a discussão sobre os procedimentos de distribuição dos processos e os mecanismos de monitorização.¹

ANTI-CORRUPTION FRAMEWORK

6. Is there any update to the implementation of the measures foreseen in the National Anti-Corruption Strategy with regard to what is mentioned in your written input? Is this proceeding according to the plan? Do you expect all the activities to be implemented with the foreseen timeframe? What are the current challenges?

No âmbito do artigo 215.º da Lei do Orçamento do Estado para 2024 (Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro) prevê-se:

«Artigo 215.º

Reforço do combate à corrupção, fraude e criminalidade económico-financeira

1 – Em 2024, no âmbito da implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção (ENCC), o Governo adota as iniciativas necessárias à otimização da capacidade e do reforço da cooperação entre as inspeções administrativas setoriais e os órgãos de polícia criminal especializados na prevenção e repressão de fraude lesiva dos interesses financeiros do Estado, da corrupção e da criminalidade económico-financeira, designadamente através das seguintes medidas:

- a) Estabelecimento de metas verificáveis e de mecanismos de controlo da ENCC;***
- b) Elaboração de planos de formação especializada para magistrados;***
- c) Reforço de meios dos organismos de investigação;***
- d) Reforço de estratégias de cruzamento de informação a nível nacional e local.***

2 - Até 30 de novembro de 2024, o Governo, em colaboração com o Mecanismo Nacional Anticorrupção, assegura a divulgação pública de um relatório de monitorização da execução da Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, aprovada em Resolução do Conselho de Ministros nº 37/2021, de 6 de abril.

3 - Em 2024, o Governo cria um grupo de trabalho para a elaboração de uma proposta de Estratégia Nacional Anticorrupção 2025-2028, composto por personalidades de reconhecido mérito, que deve ser aprovada até 31 de dezembro de 2024, com prévio processo de consulta pública e intervenção da Assembleia da República.»

Nos termos do n.º 2 do disposto no referido preceito legal, o MENAC apresentará ao Governo uma proposta de relatório de monitorização da execução da Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024. A referida proposta, acompanhada dos contributos do MENAC para a nova Estratégia Nacional Anticorrupção 2025-2028, deverá ser apresentada durante o mês de maio.

¹<https://ces.uc.pt/pt/agenda-noticias/agenda-de-eventos/2024/monitorizacao-e-avaliacao-dos-sistemas-de/apresentacao>

Importa ainda destacar que, em abril de 2024, a Ministra da Justiça promoveu encontros com todos os partidos políticos com assento parlamentar, tendo em vista lançar o diálogo em matéria de combate à corrupção, em linha com as propostas do programa do Governo² para alargar as normas anticorrupção aos partidos políticos e a criminalização do enriquecimento ilícito.

8. In your view, has the operationalisation of MENAC been a turning point in the fight against corruption in Portugal? Are the attributed competences being put in practice sufficiently? Are there any shortcomings?

A criação do MENAC veio representar uma alteração significativa relativamente ao passado, na medida em que a prevenção da corrupção passou a ser assegurada por uma autoridade administrativa independente e a dispor de um regime legal próprio – o Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) – perfeitamente definido e com um quadro sancionatório específico.

As funções do MENAC situam-se fundamentalmente no plano da prevenção, cabendo-lhe, designadamente, monitorizar a execução do quadro legal atrás referido, enquanto as entidades abrangidas (setores público e privado) passam a ter obrigações específicas de implementação dos Planos de Prevenção de Riscos, Códigos de Conduta e outros instrumentos de prevenção.

O MENAC, em cumprimento do disposto no quadro legal, já desenvolve diversas ações, das quais destacamos:

- (i) O acompanhamento da execução do RGPC, através da verificação dos instrumentos que a lei determina que têm de ser elaborados e dinamizados pelas entidades abrangidas.**
- (ii) A prestação de apoio formativo às entidades abrangidas pelo RGPC, através do material formativo inserido no site institucional do MENAC³, e, bem assim, em cooperação com organismos detentores de funções específicas neste âmbito, designadamente o INA (Instituto Nacional de Administração), o IGAP (Instituto de Gestão e Administração Pública), e o CEFAPA (Centro de Formação da Administração Pública dos Açores).**
- (iii) A colaboração, desde outubro de 2022, com o Ministério da Educação na elaboração do Referencial de Educação para a Transparência e Integridade, a fim de ser integrado na disciplina de Educação para a Cidadania. O Referencial é um futuro instrumento de apoio aos professores em todas as fases do ensino (Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário) e pretende promover uma cultura de transparência e**

² [programa-do-xxiv-governo-pdf.aspx \(portugal.gov.pt\)](https://www.portugal.gov.pt/pt/programa-do-xxiv-governo-pdf.aspx), página 78 e ss.

³ A este respeito, por exemplo, vide: [Noções elementares do RGPC](#); [GUIA n.º 1/2023](#); [Código de Conduta](#); [Plano de Prevenção de Riscos](#); [Canal de Denúncia Interna](#); [Programa de Formação e Comunicação para a Integridade](#); [Responsável pelo cumprimento normativo](#).

integridade em contexto escolar, com vista a desempenhar um papel essencial na promoção, junto das crianças e jovens, de uma ética de cidadania que promova a transparência, a ética, a integridade e a anticorrupção.

9. In January 2024, the GRECO published the 5th Evaluation Round report with a long list of recommendations with regard to integrity; Have you developed any plan to address those recommendations?

Em relação à recomendação iv do Relatório do Quinto Ciclo de Avaliação do GRECO sobre Portugal, a sua implementação requer alterações legais que estão a ser avaliadas.

Quanto à recomendação v, o Código de Conduta para o XXIV Governo Constitucional foi preparado em conformidade com os requisitos da referida recomendação, tendo o mesmo sido aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2024, de 24 de abril. ⁴

13. Could you provide an update on the implementation in practice of the rules on revolving doors for high-level officials and explain what measures are in place to ensure efficient monitoring of potential conflicts of interest as regards revolving door practices?

A Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprovou o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, foi recentemente alterada com a entrada em vigor da Lei n.º 25/2024, de 20 de fevereiro⁵, que veio reforçar o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos e o respetivo regime sancionatório.

Conforme estabelecido no artigo 11(6) da referida Lei nº 52/2019, de 31 de julho «Compete ao Tribunal Constitucional, nos termos da respetiva lei de processo, aplicar as sanções previstas no presente artigo relativamente aos titulares de cargos políticos (...)», isto é, nomeadamente, as sanções consagradas no artigo 11 (3) e 11(4), previstas para a eventualidade de violação do artigo 10 (Regime aplicável após cessação de funções). Para além disso, o artigo 11(7) determina que «tem legitimidade para intentar as ações previstas [no artigo 11 (6)] o Ministério Público» (o texto faz referência ao artigo 11 (5), ao invés do artigo 11(6), o que constitui um lapso resultante da adição de um parágrafo ao artigo 11).

Nos termos do artigo 25 (4) da Lei nº. 52/2019, de 31 de julho, importa ainda sinalizar, a este respeito, a entrada em funcionamento da plataforma eletrónica da Entidade para a Transparência⁶, a qual permitirá a submissão das declarações de rendimentos, património, interesses e incompatibilidade dos titulares dos cargos políticos.

⁴ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/64-2024-862903171>

⁵ [Lei n.º 25/2024 | DR \(diariodarepublica.pt\)](https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/25-2024)

⁶ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso/4847-854482984>

15. Could you highlight any measures or good practices you have put in place to support the application of the legislation transposing the Whistleblowers directive? Are there any obstacles to the implementation of this legislation?

A existência de canais de denúncia interna - cuja implementação decorre da transposição da Diretiva em apreço - é uma das medidas previstas no RGPC.

Neste âmbito, o MENAC elaborou diverso material de apoio⁷ às entidades que estão legalmente obrigadas a adotarem instrumentos de cumprimento normativo previstos no RGPC, que se encontra disponível no seu *síte* institucional; por outro lado, monitoriza a sua execução⁸, através da verificação da existência ou não de canais de denúncia interna por parte das entidades abrangidas.

Sobre a monitorização do RGPC, ver Anexo 2 – Despacho interno do Presidente do MENAC relativo às fases de monitorização do RGPC e à constituição de quatro Equipas de Controlo.

A título exemplificativo, verificam-se já os seguintes sinais de eficácia deste regime:

- (i) Algumas entidades públicas, como a Câmara Municipal de Lisboa, o maior município do país, têm registado diversas denúncias apresentadas nos seus canais de denúncia interna, de acordo com o previsto no RGPC;
- (ii) A Plataforma eletrónica do MENAC, também prevista no RGPC e que se encontra em fase de final de modelação, constituirá também um instrumento de grande utilidade para o acompanhamento e monitorização do funcionamento dos canais de denúncia interna nas organizações.

MENAC

2. Are there plans to carry out any evidence-based studies on sectoral risks and issuing tailored recommendations, e.g., in the public procurement sector?

Ver Anexo 3 – Recomendação n.º 1/2024, de 26 de fevereiro - Recomendação ao Governo para que adote instrumentos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas.

4. What is the current state of play and perspectives for 2023 in terms of activities, staff and resources? What challenges, if any, are you currently facing?

O mapa de pessoal do MENAC, que foi aprovado pela Portaria n.º 292-A/2022, 9 de dezembro, é composto por um total de 27 lugares (1 Dirigente, 8 Consultores e 18 Pessoal de

⁷ Por exemplo, vide [guia-n1-2023.pdf \(mec-anticorruptao.pt\)](#)

⁸ Ver também resposta à questão n.º 6 *supra*.

Apoio Técnico e Administrativo). Encontram-se por preencher 13 lugares (3 Consultores e 10 Pessoal de Apoio Técnico e Administrativo). O procedimento para o recrutamento de um especialista informático está em curso e o candidato selecionado deverá entrar ao serviço no dia 1 de junho de 2024.

5. Do you have access to the MENAC budget foreseen for 2024?

O MENAC dispõe de dotação orçamental para o ano de 2024, que consta do Mapa 4 (Mapa relativo à classificação orgânica das despesas do subsetor da Administração Central) anexo à Lei do Orçamento do Estado para 2024 (Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro).

A dotação atribuída ao MENAC ascende a 2.545.629,00 €.

6. Could you please inform on your cooperation with other relevant authorities dealing with anti-corruption, particular on high-level corruption cases? What are the main challenges?

A) Cooperação Interna

1. Cooperação com o Ministério Público

Encontra-se em funcionamento um mecanismo de reporte entre o Ministério Público e o MENAC através do qual os/as magistrados/as do Ministério Público procedem à comunicação ao MENAC, com a salvaguarda de eventuais sigilos que importe acautelar, dos despachos de acusação, de arquivamento e de suspensão provisória do processo que tenham por objeto crimes de corrupção, de recebimento e oferta indevidos de vantagem, de peculato, de participação económica em negócio, de concussão, de abuso de poder, de prevaricação, de tráfico de influência, de branqueamento ou de fraude na obtenção ou desvio de subsídio, subvenção ou crédito, previstos no Código Penal.

Ver Anexo 4 - Recomendação da Senhora Procuradora-Geral da República, de 16 de outubro de 2023, sobre comunicações ao MENAC.

2. Cooperação com inspeções-gerais, entidades equiparadas e inspeções regionais

As inspeções-gerais, entidades equiparadas e inspeções regionais constituem elementos essenciais no sistema de prevenção da corrupção no âmbito do setor público.

O Conselho Consultivo do MENAC integra como membros o Inspetor-Geral de Finanças, o Inspetor-Geral dos Serviços de Justiça, o Inspetor-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Inspetor-Geral da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, o Inspetor-Geral da Educação e Ciência, o Inspetor-Geral das Atividades em Saúde, o Secretário-Geral da Economia, o Diretor de Serviços Jurídicos, Auditoria e Inspeção da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, o Inspetor Regional de Finanças da Madeira e o Inspetor Regional da Inspeção Administrativa Regional da Transparência e do Combate à Corrupção dos Açores.

Esta composição do Conselho Consultivo facilita a cooperação institucional e permite realizar a necessária articulação de tarefas no âmbito da execução do RGPC a realizar no ano de 2024, desde logo porque os documentos fundamentais do MENAC, nomeadamente o Plano de Atividade anual, é objeto de apreciação por parte do Conselho Consultivo. Além disso, o MENAC participa em ações formativas/de divulgação realizadas pelos organismos referidos. A título de exemplo, referimos a participação do MENAC, no dia 6 de dezembro de 2023, na III Conferência Regional “A Prevenção da Corrupção e a Transparência”, organizada pela Inspeção Administrativa Regional da Transparência e do Combate à Corrupção da Região Autónoma dos Açores.

Mais recentemente, foram desenvolvidas outras iniciativas pedagógicas e de partilha das melhores práticas, no cumprimento dos instrumentos previstos no RGPC. Destaca-se uma sessão conjunta organizada pelo MENAC e pela Estrutura de Missão «Recuperar Portugal», que decorreu no dia de 8 de maio, no auditório da Ordem dos Contabilistas Certificados, em Lisboa, dedicada a analisar a «Partilha de boas práticas nos fundos europeus». Para além disso, no próximo dia 28 de maio, terá lugar, em Albufeira, uma iniciativa conjunta MENAC/Unidade Local de Saúde do Algarve, dedicada à aplicação do RGPC em Unidades Públicas de Saúde.

3. Relatório Anual de Atividades e Plano de Formação

O Relatório anual de atividades do MENAC foi entregue ao Governo a 30 de abril, nos termos do disposto na alínea d) do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro. O Relatório foi apresentado publicamente numa conferência realizada pelo MENAC conjuntamente com a Ordem dos Advogados, no dia 9 de maio, sobre “Prevenção da Corrupção em Portugal”, e encontra-se disponível para consulta no site do MENAC ⁹.

O Plano de Formação deverá ser apresentado no próximo mês de junho e enviado, nessa altura, à Comissão Europeia.

B) Cooperação internacional

O MENAC efetuou o pedido de adesão como membro da *European Partners against Corruption (EPAC)/ European contact-point network against corruption (EACN)*. Aguarda-se a sua adoção formal por ocasião da Conferência Profissional Anual do EPAC/EACN e respetiva Assembleia Geral, agendada para o próximo mês de novembro.

O MENAC encetará contactos junto do Conselho da Europa com vista a obter o estatuto de observador na *Network of Corruption Prevention Authorities* e a formular o pedido de adesão à *International Association of Anti-Corruption Authorities*.

⁹ <https://mec-anticorruptcao.pt/wp-content/uploads/2024/05/relatorio-menac-2023.pdf>

Ministry of Finance – Inspeção Geral de Finanças (IGF)

1. Could you inform on changes of your role and activities with regard to anti-corruption since MENAC has been operationalised?

Ver resposta à questão n.º 6 *supra*. O Inspetor-Geral de Finanças integra o Conselho Consultivo do MENAC, participando em todas as reuniões deste órgão.

A Inspeção Geral das Finanças (IGF) integra numa parte significativa das suas auditorias e outras ações de controlo, como já fazia anteriormente, uma análise do cumprimento das medidas estabelecidas na Estratégia Nacional Anticorrupção (ENAC), designadamente, do cumprimento do RGPC e do Regime Geral de proteção dos denunciadores de infrações (RGPDI), comunicando, após a homologação desses trabalhos, os resultados dessas verificações ao MENAC.

No ano de 2023, destaca-se ainda a realização de ações específicas de acompanhamento dos deveres de reporte e de publicitação previstos no RGPC, as quais tiveram por objeto:

A) As entidades do Ministério das Finanças

Ao abrigo do disposto no artigo 34.º do RGPC, a IGF deu início a um processo de verificação da implementação dos deveres inerentes ao programa de cumprimento normativo, incluindo dos deveres de reporte e de publicitação, por parte das entidades do Ministério das Finanças. Prevê-se a remessa ao MENAC do relatório final com as conclusões destes trabalhos até ao final do primeiro semestre de 2024.

B) Os Municípios - Controlo do cumprimento do Programa de Cumprimento Normativo (PCN)

A IGF criou um questionário que dirigiu aos 308 municípios no âmbito do RGPDI e da implementação do PCN. Consta como proposta do relatório o envio, após homologação, para o Presidente do MENAC.

2. Have there been any specific reports or findings in 2023 regarding anti-corruption activities? Did any report/finding concern high-risk areas for corruption?

Importa, a este respeito, sinalizar que a IGF realizou auditorias financeiras, de conformidade e outras em áreas de elevado risco (v.g. contratação pública, subvenções...) que deram origem a participações a entidades judiciais ou ao Ministério Público e/ou a resultados do ponto de vista da promoção da transparência, da prevenção de conflitos de interesse, da prevenção da corrupção ou de outros crimes conexos e onde foram extraídas conclusões relacionadas com o RGPC e RGPDI.

Aplicando a metodologia utilizada pelo Tribunal de Contas Europeu, nas suas auditorias às 13 entidades públicas que concederam mais subvenções em 2022 (num total de 5.696 M€), continua a confirmar-se que os aspetos mais críticos no processo de atribuição de subvenções públicas em Portugal prendem-se com a ausência de avaliação prévia sobre o instrumento mais eficaz e eficiente para alcançar os objetivos (77%), a inexistência de políticas formais em matéria de conflitos de interesses (85%), a não fixação de indicadores-chave de desempenho pertinentes para avaliar os resultados e o impacto das subvenções concedidas (77%) e a falta de avaliações *ex-post* ou a sua não divulgação para aferir a concretização dos objetivos estratégicos definidos (100%).

Com efeito, destacam-se algumas das propostas efetuadas pela IGF ao Governo relacionadas com o RGPC e com o RGPDI:

- (i) Promover a aprovação de regime jurídico que defina os princípios gerais para a atribuição de subvenções e benefícios públicos, reforçando os critérios de objetividade, de interesse público, de prevenção de riscos, de cumprimento dos objetivos de consolidação orçamental e de avaliação de resultados.
- (ii) Impor a elaboração de um relatório específico ou inclusão no relatório de gestão/atividades anual, contendo a avaliação dos resultados alcançados com as subvenções públicas, bem como definir como critério de elegibilidade das subvenções, a não existência de duplo financiamento (nacional e europeu).
- (iii) Comunicar ao MENAC as situações envolvendo o cumprimento do RGPC e as deficiências detetadas nos PPR.

Foram realizadas ações no âmbito das autarquias locais em que foram identificadas ilegalidades ou irregularidades na área da contratação pública, de que resultaram propostas de encaminhamento para várias entidades judiciais ou judiciárias (Ministério Público junto do Tribunal de Contas, Procuradoria-Geral da República e Tribunal Administrativo e Fiscal). Estas ações resultaram, nomeadamente, de pedidos de intervenção formulados pela PGR, de participação cívica e de intervenções previstas no Plano de Atividades da IGF.

De salientar que, durante a visita virtual com a Comissão Europeia, foram ainda suscitadas três questões no âmbito desta temática – e que *infra* se dá nota:

A) A intervenção da IGF no Fundo Ambiental:

No quadro das auditorias dirigidas à confirmação do efetivo funcionamento dos sistemas de controlo interno do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), designadamente dos seus beneficiários intermediários, em 2023, a IGF auditou o Fundo Ambiental, que aliás está também a ser auditado pelos serviços de auditoria da DG ECFIN.

Em concreto, o objetivo daquela ação consistiu em determinar se os sistemas de controlo interno do Fundo Ambiental, enquanto Organismo Intermediário do PRR, observava as disposições do contrato celebrado com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP), bem como funcionavam de forma eficaz, garantindo que os apoios concedidos eram geridos em

conformidade com as regras aplicáveis, em especial as relativas à prevenção de conflitos de interesses, da fraude, da corrupção e do duplo financiamento.

No quadro daquela ação, a IGF reportou diversas conclusões apontando reparos aos sistemas de controlo interno do Fundo Ambiental, as quais deram origem a recomendações dirigidas à EMRP, porquanto é esta última que tem a responsabilidade efetiva pelos sistemas de controlo interno do PRR.

É referir que o plano de atividades para 2024 da IGF contempla esta auditoria, enquadrada no projeto 300, designado *“Promover a qualidade e a regularidade da despesa pública e a eficácia dos sistemas de controlo interno e de prestação de contas na Administração Central e Segurança Social”*, visando aferir se a gestão dos recursos públicos afetos ao Fundo obedeceu a critérios legais, de regularidade e de transparência. Entretanto, na sequência de solicitação da Assembleia da República, o Tribunal de Contas (TdC) irá realizar auditoria ao Fundo, pelo que, de modo a evitar a sobreposição de intervenções das duas instituições de controlo (externo e interno), a IGF adiou a sua ação.

B) A intervenção da IGF nos projetos de interesse nacional (PIN)

No quadro das responsabilidades da IGF enquanto Autoridade de Auditoria dos fundos europeus, designadamente ao nível das auditorias sobre as operações certificadas sobre cada exercício contabilístico, são também auditados projetos PIN, com o objetivo de validar a legalidade e regularidade das despesas declaradas à Comissão.

C) A intervenção da IGF - Projeto OCDE - Indicadores de Integridade Pública - Gestão de risco

A Recomendação da OCDE sobre Integridade Pública, adotada pelo Conselho da OCDE em 26/01/2017, centra e prioriza o princípio da integridade como linha orientadora na prevenção de corrupção e infrações conexas.

A IGF, no âmbito da presidência do Conselho Coordenador do sistema nacional de controlo interno, participou, em articulação com TdC, nas respostas ao questionário da OCDE sobre o Princípio 10 – Controlo Interno e Gestão de Riscos no âmbito dos indicadores de Integridade Pública. O questionário é constituído por 25 temas horizontais/transversais sobre a organização do controlo interno e gestão de riscos (incluindo riscos de corrupção/integridade), que foram respondidas pela IGF e pelo TdC, e por 13 temas relativos à aplicação prática nos ministérios e nas entidades públicas, que foram respondidos pelas inspeções setoriais (relativamente aos 17 ministérios) e por 10 entidades públicas selecionadas em função da sua dimensão orçamental.

A interação com a OCDE teve fundamentalmente o seguinte cronograma:

- (i) Disponibilização do questionário pela OCDE: ago/2022;

- (ii) Finalização das respostas e *upload* dos respetivos documentos de suporte pelo TdC/IGF (incluindo as respostas das Inspeções-Gerais e das entidades da amostra): dez/2022 a fev/2023;
- (iii) Partilha pela OCDE duma primeira versão dos indicadores para revisão: ago/2023;
- (iv) Envio pelo TdC/IGF de observações de revisão aos indicadores 1 a 5, 8 e 9: dez/2023;
- (v) Partilha da OCDE de uma segunda versão decorrente das observações de revisão enviadas: 12/fev/2024;
- (vi) Envio pelo TdC/IGF de observações de revisão aos indicadores 6, 7, 10 e 11: 29/fev/2024.

3. How is the directive 1/2023 of 14 December 2023 expected to impact the current system?

A IGF não assume a natureza de órgão de polícia criminal, pelo que a Diretiva n.º 1/2023, que contém instruções genéricas para execução da Lei da Política Criminal para o biénio de 2023-2025, não lhe é especificamente destinada.

Salienta-se que o âmbito de aplicação da Diretiva n.º 1/2023 abrange os magistrados do Ministério Público e os órgãos de polícia criminal que os coadjuvarem, onde se incluem alguns serviços inspetivos que, em certas matérias específicas, exercem funções próprias de órgão de polícia criminal, designadamente, a Inspeção-Geral da Administração Interna (em inquéritos contra agentes da autoridade), a Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (nos crimes contra o sistema de saúde), a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (na criminalidade com incidência ambiental) e os serviços inspetivos e de investigação da Autoridade Tributária e Aduaneira e do Instituto da Segurança Social (nos crimes fiscais e contra a Segurança Social).

Enquanto órgão de natureza administrativa, a IGF continuará a exercer a sua missão de controlo financeiro estratégico, comunicando às entidades competentes para a investigação criminal todos os indícios de crime que apurar nas suas ações, quer se trate ou não de indícios de crimes de investigação prioritária (v.g. cibercriminalidade, criminalidade económico-financeira, corrupção e criminalidade conexa, crimes fiscais ou outros).

4. Could you please provide an update on the human and financial resources of the IGF, in particular if any increase has taken place?

A IGF tem vindo a robustecer a sua capacidade operativa através da admissão de 40 novos inspetores (20 em 2022 e 20 em 2023), encontrando-se em curso novo procedimento de contratação a concretizar no corrente ano de 2024, para o qual foi autorizado um reforço orçamental no Orçamento para 2024. Observa-se, todavia, que, da comparação de 2023 com 2015, ainda resulta um decréscimo global de 8%.

A tendência de decréscimo foi interrompida em 2021 (+6), em 2022 (+15) e em 2023 (+8), em resultado do esforço de robustecimento dos recursos humanos.

A IGF considera que este aumento é, ainda assim, insuficiente para fazer face às suas competências legais.

Em matéria de recursos financeiros, a IGF não dispõe de autonomia financeira, pelo que o respetivo orçamento resulta, exclusivamente, de verbas do Orçamento do Estado. Nesta matéria, importa referir um aumento das verbas atribuídas de 10,6 M€ em 2015 para 11,2 M€ em 2023, em valores de orçamento corrigido, traduzindo-se num acréscimo de 6%.

Orçamento corrigido (M€)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2015/2023	Δ 2022/2023
10 592 526	10 734 989	10 447 472	10 601 573	10 683 756	10 847 348	10 723 978	10 913 542	11 239 025	6,1%	3,0%

A IGF considera que este acréscimo não é ainda suficiente para fazer face aos atuais desafios da IGF, designadamente os que decorrem da alavancagem da economia com recurso ao investimento de fundos públicos, europeus e nacionais, acentuando a relevância do controlo financeiro público.

Observa-se que a IGF tem procurado mitigar estes constrangimentos optando por uma intervenção mais seletiva, com enfoque nas áreas de maior risco e materialidade, mas também pelo reforço dos instrumentos metodológicos e da qualificação dos recursos humanos, como resulta do seu Plano Estratégico para 2022-2025, aprovado em 30/12/2021¹⁰.

Como nota final e no contexto do reforço dos instrumentos metodológicos salienta-se o projeto inovador de inteligência artificial (IA) da IGF, desenvolvido em parceria com o suporte técnico da *NOVA IMS – Information Management School*, da Universidade Nova, que tem em vista desenvolver um modelo que permita aplicar a IA no trabalho de auditoria, potenciando assim que o mesmo seja mais eficiente e eficaz.

¹⁰ Disponível em: <https://www.igf.gov.pt/institucional1/instrumentos-de-gestao/plano-estrategico.aspx>

Ministry of Culture / Secretariat-General of the Presidency of the Council of Ministers

1. Have there been any other significant legislative and policy developments in the area of media freedom and media pluralism which occurred in Portugal since July 2023, in addition to those stated in the written input? In particular have there been any developments regarding transparency of media ownership, state advertising or incentives for regional and local media?

O Orçamento de Estado para 2024 (Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro) introduziu alguns desenvolvimentos no domínio da liberdade e do pluralismo dos meios de comunicação social.

Por um lado, prevê uma rubrica orçamental no âmbito do orçamento das Políticas Públicas Culturais no montante de 300.000€ – valor que, de acordo com o n.º 12 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2023, publicada no Diário da República de 17 de novembro de 2023, é complementado por igual verba disponibilizada pelo orçamento das Políticas Públicas Educativas – para implementação do Plano Nacional de Literacia Mediática em 2024. Este financiamento acresce ao investimento regular feito por cada entidade pública individual que atua no domínio da literacia mediática. Por outro lado, introduziu alterações ao Decreto-Lei n.º 23/2015, de 6 de fevereiro, que estabelece o regime de subsídios dirigidos aos órgãos de informação regionais e locais.

No âmbito da ação temática "Emprego e Formação Profissional", o regime passa a prever o apoio à formação de jornalistas e profissionais de comunicação social em competências digitais e de gestão, assim como as condições para a realização de estágios de jornalistas promovidos pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.). Adicionalmente, o âmbito da ação temática "Modernização Tecnológica" foi alargado e a medida passou a ser dirigida a todos os meios de comunicação social locais e não apenas aos meios de radiodifusão locais. No que diz respeito à ação temática "Literacia Mediática", o âmbito subjetivo passa a incluir projetos desenvolvidos em cooperação entre meios de comunicação social e cooperativas, para além dos projetos já previstos entre meios de comunicação social e instituições de ensino intermunicipal ou local, básico, secundário e superior, associações e instituições de solidariedade social. Por outro lado, no que respeita às modalidades de apoio, inclui a oferta de assinaturas anuais dos jornais às instituições de solidariedade social que prestam apoio sénior quando o jornal está sediado na comunidade intermunicipal a que pertencem.

De referir, ainda, a alteração da Lei da Radiodifusão, introduzida pela Lei n.º 16/2024, de 5 de fevereiro, que reforça o controlo da concentração de estações de rádio pela Autoridade da Concorrência (AdC) e pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Os poderes de controlo da ERC foram também reforçados com esta alteração.

O Decreto-Lei n.º 20-B/2024, de 16 de fevereiro, veio designar as autoridades competentes e o coordenador dos serviços digitais em Portugal. De acordo com este diploma, a autoridade

reguladora das comunicações postais e das comunicações eletrónicas (ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações) é a autoridade competente para coordenar os serviços digitais em Portugal. Além disso, a ERC foi designada como autoridade competente para os media e outros conteúdos dos media e a IGAC (Inspeção-Geral das Atividades Culturais) como autoridade competente para os direitos de autor e direitos conexos, em conformidade com o Regulamento (UE) 2022/2065 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um mercado único de serviços digitais. A fim de assegurar a implementação coerente do Regulamento para os Serviços Digitais, a Portaria n.º 1747/2024, de 15 de fevereiro, criou um Grupo de Trabalho para estudar a necessidade de alterações legislativas ou regulamentares no quadro jurídico interno.

2. With the early termination of the legislature, are there any particular measures contained in the Government Programme pertaining to media freedom and pluralism which will not be finalised? Are there any particular measures that will still be finalised during this legislature that you would like to highlight?

O programa do XXIII Governo Constitucional previa a revisão da Lei de Imprensa e da Lei dos subsídios aos órgãos de comunicação social regionais e locais, que não foram realizadas durante a anterior legislatura. Como referido na resposta à questão n.º 1 *supra*, o Orçamento de Estado para 2024 introduziu algumas pequenas alterações ao regime de subsídios dirigidos aos órgãos de informação regionais e locais. Também previsto no Programa do XXIII Governo estava a adoção de um Plano Nacional de Literacia Mediática. Este objetivo foi cumprido no dia 2 de novembro de 2023 com a aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º. 142/2023, publicada em Diário da República no dia 17 de novembro. O referido Plano será implementado pelo Plano Nacional de Leitura, sob a direção de uma Comissão interministerial e apoiado por um Conselho Consultivo. A 1.ª reunião do Conselho Consultivo, reunindo várias entidades, incluindo entidades públicas, academia, serviço público de comunicação social e sindicato dos jornalistas, realizou-se em fevereiro de 2024.

O plano estratégico e o plano de atividades para 2024 elaborados no âmbito do Plano Nacional de Literacia Mediática já foram aprovados e podem ser consultados em https://www.pnl2027.gov.pt/np4/aprovacao_pelm.html.

3. Could you provide an assessment of the implementation of the tax incentives introduced to encourage the subscription to written media?

Este incentivo fiscal foi introduzido pela Lei do Orçamento do Estado para 2023 (Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro), que alterou o artigo 78.º-F do Código do IRS, o qual passou a referir:

«Artigo 78.º-F

Dedução pela exigência de fatura

7 - É ainda dedutível à coleta, concorrendo para o limite referido no n.º 1, um montante correspondente à totalidade do IVA suportado por qualquer membro do agregado familiar, que conste de faturas relativas a aquisição de assinaturas de publicações periódicas (jornais e revistas), incluindo digitais, tributados à taxa reduzida do IVA, comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira nos termos do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, enquadradas,

de acordo com a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE - Rev. 3), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, nos seguintes setores de atividade:

a) Secção J, classe 58130 - Edição de jornais;

b) Secção J, classe 58140 - Edição de revistas e de outras publicações periódicas.»

De acordo com os dados do sistema e-fatura, o valor deste incentivo fiscal em 2023 foi de cerca de 568.000€.

Atendendo ao carácter muito recente desta medida e considerando os critérios de oportunidade, risco e materialidade, a Autoridade de Auditoria competente (IGF) não realizou qualquer intervenção nesta matéria em 2023.

4. Is the Government considering any actions in light of the Global Media Group case? If so, which?

O XXIV Governo Constitucional tomou posse no dia 2 de abril, data em que já tinham decorrido as alterações societárias no Global Media Group (GMG), que detém títulos como o JN, o DN, a TSF, entre outros.

5. The Commission is aware that the possibility of acquisition by the State of social participations in LUSA was not pursued. How does the government see the role of LUSA news agency?

Nos termos do regime de organização e funcionamento do atual Governo, a pasta da Comunicação Social transitou do Ministério da Cultura para o Ministério dos Assuntos Parlamentares (MAP). A tutela encontra-se a analisar a possibilidade de aquisição das participações sociais detidas pelos acionistas Páginas Civilizadas, Lda. (22,35%) e Global Notícias – Media Group, SA (23,36%) no capital social da Lusa. O objetivo da aquisição será a preservação da autonomia da agência.

6. Regarding RTP, have any measures been taken as a follow up to the May 2023 White Paper?

O atual Governo considera prioritária a assinatura do contrato de concessão da RTP. A revisão do contrato será feita à luz das orientações vertidas no Livro Branco de maio de 2023.